

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 544.797 - RJ (2014/0168364-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO BUZZI**  
**EMBARGANTE** : GLOBEX UTILIDADES S/A  
**ADVOGADOS** : LUIZ HENRIQUE DE ALBUQUERQUE ALVES - RJ073803  
ANTÔNIO LAERT VIEIRA JUNIOR E OUTRO(S) - RJ057441  
ÂNGELO HENRIQUE MASCARELLO FILHO - SP220491  
FELIPE RHAMNUSIA DE LIMA - RJ150264  
ALESSANDRA DE ALMEIDA FIGUEIREDO - SP237754  
LUCIANO GIMENES GUERRERO - SP185924  
**EMBARGADO** : ROSALINA VALÉRIA DOS SANTOS DE BARROS  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**INTERES.** : POSSANI ORGANIZAÇÃO E COBRANÇA LTDA

**DECISÃO**

Cuida-se de embargos de declaração, opostos por **GLOBEX UTILIDADES S/A**, contra decisão de fls. 231/233, e-STJ, de relatoria deste signatário, que negou provimento ao agravo interposto pelo ora insurgente pela incidência da Súmula 7 do STJ, porquanto, com amparo nas provas carreadas aos autos, o Tribunal local consignou que a agravante não apresentou o contrato de cessão de crédito, em que alega ter realizado endosso translativo. Dessa forma, para se acolher o recurso especial da insurgente (no sentido de que os elementos do processo demonstram não a ocorrência de endosso-mandato, mas sim de endosso-translativo), seria imprescindível reexaminar todas as provas nas quais o Tribunal *a quo* amparou a sua conclusão, o que, como cediço, encontra óbice no Enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

Inconformada, a insurgente opôs embargos de declaração (fls. 236/240, e-STJ), sob a alegação de existência de contradição na decisão embargada, tendo em vista que o documento de cessão de crédito encontra-se devidamente juntado aos autos fl. 17.

Impugnação às fls. 247/254, e-STJ.

É o relatório.

Decide-se.

Os embargos de declaração não merecem acolhida, porquanto ausente qualquer vício apto a macular o julgado.

1. Nos estreitos lindes do artigo 1.022 do CPC/15, o recurso de embargos de declaração objetiva somente suprir omissão, dissipar obscuridade, afastar contradição ou sanar erro material encontrável em decisão ou acórdão, não podendo ser utilizado como instrumento para a rediscussão do julgado, como pretende a parte embargante.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. PENHORA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ERRO MATERIAL, OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE INEXISTENTES. ADVERTÊNCIA DA MULTA DO ART. 1.026, §2º, do CPC/2015.

I - O agravo nos próprios autos não foi conhecido, posto que a parte agravante deixou de atacar especificamente os fundamentos da decisão

recorrida: incidência do enunciado n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal e dos enunciados n. 7 e 211 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

II - Os embargos de declaração somente são cabíveis para a modificação do julgado que se apresentar omissos, contraditórios ou obscuros, bem como para sanar possível erro material existente na decisão, o que não aconteceu no caso dos autos.

III - Aclaratórios não se prestam ao reexame de questões já analisadas, com o nítido intuito de promover efeitos modificativos ao recurso, quando a decisão apreciou as teses relevantes para o deslinde do caso e fundamentou sua conclusão.

IV - Embargos de declaração rejeitados com advertência de multa.

(EDcl nos EDcl nos EAREsp 740.722/SE, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 06/12/2017, DJe 14/12/2017)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. CONTRADIÇÃO. OBSCURIDADE. NÃO VERIFICADAS. ADVERTÊNCIA DE MULTA.

1. Ausentes quaisquer dos vícios ensejadores dos aclaratórios, afigura-se patente o intuito infringente da presente irresignação, que objetiva não suprimir a omissão, afastar a obscuridade ou eliminar a contradição, mas, sim, reformar o julgado por via inadequada.

2. Embargos de Declaração rejeitados, com advertência de multa, nos termos do art. 1.026, § 2º, do CPC/2015, em caso de reapresentação de novos declaratórios.

(EDcl no AgInt no AREsp 1023717/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 01/08/2017)

A propósito, não há obscuridade omissão ou contradição ou mesmo erro material.

Ocorre que o recurso de embargos de declaração é incabível para a modificação do julgado que não se apresenta omissos, contraditórios ou obscuros ou não contenha erro material, de modo que é inviável o reconhecimento da culpa dos embargados quando da rescisão contratual, como pretende a embargante.

Inexistindo qualquer das máculas previstas no artigo 1.022 do NCPC, não há razão para modificar a decisão embargada.

2. Nos presentes aclaratórios, a parte sustenta que o contrato de cessão de crédito encontra-se juntado aos autos fl. 17.

Contudo, verifica-se da leitura dos autos que, no apelo nobre, a ora embargante limitou-se a questionar a existência de endosso translativo.

Observa-se que a matéria relacionada à presença nos autos do documento de cessão de crédito, **sequer foi objeto da apelação**. Logo, no momento processual oportuno para suscitar a questão junto ao Tribunal local, a parte embargante ficou-se inerte. Dessa forma, restou operada a preclusão consumativa, configurando a controvérsia como indevida inovação recursal, e não vício a ser sanado nos embargos de declaração.

A propósito, confira-se *mutatis mutandis*:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 1.042 DO CPC/15) - AÇÃO

CONDENATÓRIA - ACÓRDÃO DESTE ÓRGÃO FRACIONÁRIO QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO INTERPOSTO PELA PARTE ADVERSA/ORA EMBARGADA. INSURGÊNCIA DA AUTORA.

(...)

**3. É inviável a análise de teses alegadas apenas em embargos de declaração no agravo interno, por se caracterizar inovação recursal.**

Precedentes.

4. Embargos de declaração acolhidos, a fim de sanar a omissão apontada, porém sem efeitos infringentes.

(EDcl no AgInt no AgInt no AREsp 1036857/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe 01/06/2018)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DUPLICIDADE DE RECURSOS. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE DAS DECISÕES. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL. INOVAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.

1. A interposição de dois recursos simultâneos pela mesma parte e contra a mesma decisão impede o conhecimento do segundo recurso, haja vista a preclusão consumativa e o princípio da unirrecorribilidade das decisões.

2. Os embargos de declaração têm como objetivo sanar eventual existência de obscuridade, contradição ou omissão no julgado (CPC/15, art. 1.022), sendo inadmissível a sua interposição para rediscutir questões tratadas e devidamente fundamentadas na decisão embargada, já que não são cabíveis para provocar novo julgamento da lide.

**3. A tese suscitada nos embargos declaratórios não foi objeto de recurso em momento oportuno, o que caracteriza inovação recursal, e não omissão sanável através do recurso declaratório.**

4. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgInt no AREsp 1049009/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 29/08/2017, DJe 21/09/2017)

Desta forma, considerando que a questão relacionada a juntada do documento de cessão de crédito somente fora suscitada, pela insurgente, nas razões dos presentes embargos, caracterizada está a inovação recursal, revelando-se inadmissível.

**3. Do exposto, rejeitam-se os embargos de declaração.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI  
Relator